



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 0.0793/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **PBPrev, Sr. Yuri Simpson Lobato**, concedendo Pensão por morte da servidora **Liduína Pereira Lima Moraes**, matrícula nº 141.707-0, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, tendo como beneficiário **João Cândido de Moraes Filho**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão ao **João Cândido de Moraes Filho**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 0.0793/19

Objeto: Pensão

Beneficiários: **João Cândido de Moraes Filho**

Servidor (a): *Liduína Pereira Lima Moraes*

Órgão: **PBPrev**

Gestor(a) Responsável: Sr. Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1.587/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 0.0793/19**, referente à concessão de Pensão por morte da *Liduína Pereira Lima Moraes*, matrícula nº 141.707-0, Professor de Educação Básica 1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, tendo como beneficiário **João Cândido de Moraes Filho**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULARES** os atos concessivos [Portaria P nº 57/2017 e Portaria P nº 58/2018], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 29 de agosto de 2019.

Assinado 30 de Agosto de 2019 às 09:42



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 29 de Agosto de 2019 às 16:02



Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 29 de Agosto de 2019 às 17:02



Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO